



# **CADERNOS** *de* **REGIONALISMO ODR**

**Volume 7 | Número 1 | 2023**



# **CADERNOS** *de* **REGIONALISMO ODR**



GRUPO DE PESQUISA VINCULADO À REPRI  
**OBSERVATÓRIO**  
*de*  
REGIONALISMO

# REDE DE PESQUISA EM POLÍTICA EXTERNA E REGIONALISMO

---

## Comissão Científica

Bárbara Carvalho Neves  
Cairo Gabriel Borges Junqueira  
Guilherme Augusto Guimarães Ferreira  
Heitor Erthal  
Kallan Sipple  
Mariana Cabral Campos  
Maurício Luiz Borges Ramos Dias  
Samiyah Venturi Becker

---

## **OBSERVATÓRIO DE REGIONALISMO**

### Coordenação

Cairo Gabriel Borges Junqueira  
Guilherme Augusto Guimarães Ferreira

CADERNOS DE REGIONALISMO ODR: DOSSIÊ - 2023 Anuário de Regionalismo
--

### Corpo Editorial

Bárbara Carvalho Neves  
Heitor Erthal  
Mariana Cabral Campo

### Revisão

Bárbara Carvalho Neves  
Kallan Sipple  
Maurício Luiz Borges Ramos Dias  
Samiyah Venturi Becker

### Diagramação e Projeto Gráfico

Bárbara Carvalho Neves  
Heitor Erthal  
Mariana Cabral Campos

### Pesquisadores

Bianca Silva Gonçalves  
Giulia Ribeiro Barão  
Guilherme Augusto Guimarães Ferreira

Guilherme Dias do Carmo  
Guilherme Geremias da Conceição  
Heitor Erthal  
Heloisa Cristina Malta  
Jacqueline Gobbis Arantes  
Jaqueline Trevisan Pigatto  
João Roberto Fava Junior  
Kallan Sipple  
Layssa Fernanda Lins dos Santos  
Luan Olliveira Pessoa  
Mariana Cabral Campos  
Marta Cerqueiro Melo  
Maurício Luiz Borges Ramos Dias  
Patrícia Nasser de Carvalho  
Paulo Cesar dos Santos Martins  
Suzana Ribeiro Souza  
Tainá Siman  
Thiago Moreira Gonçalves  
Victor Ferreira Almeida  
Vitória Totti Salgado

ISSN: 2675-6390

Observatório de Regionalismo - Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas  
Praça da Sé, 108 - 3º Andar - Sé - São Paulo - SP - CEP: 01001-900

Telefone: (11) 3116-1770 / (11) 3116-1780

Site: <http://observatorio.repri.org/>

E-mail: [observatorioderegionalismo@gmail.com](mailto:observatorioderegionalismo@gmail.com)

CADERNOS DE REGIONALISMO ODR  
DOSSIÊ - 2023  
*Anuário de Regionalismo*

## SUMÁRIO

Apresentação - Guilherme Augusto Guimarães Ferreira	7
Pode o povo governar um país na América do Sul? Nuances do golpismo no Brasil e no Peru atuais - Marta Cerqueiro Melo	10
Cooperação trilateral entre Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos: a reaproximação nipo-sul-coreana à vista no horizonte? - Maurício Luiz Borges Ramos Dias	19
Revitalizando as relações entre União Europeia e América Latina: a cooperação no âmbito da segurança - Vitória Totti Salgado	27
100 dias do terceiro governo de Lula: as viagens presidenciais e seus impactos na integração regional - Thiago Moreira Gonçalves	36
Promoção e difusão da língua portuguesa como projeto regional: Histórico e atuação do IILP/CPLP (Parte I) - Giulia Ribeiro Barão	45
Promoção e difusão da língua portuguesa como projeto regional: Parte II - Giulia Ribeiro Barão	54
Runasur/Runasul: qual o lugar da iniciativa no renascimento do regionalismo pós-hegemônico? - Tainá Siman	60
Política externa e saúde: Avanços e desafios durante o primeiro semestre de Lula III - Heitor Erthal	66
Colonialismo, Meio Ambiente e Integração Regional - Layssa Fernanda Lins dos Santos	74
Brexit e o Paradoxo da Soberania - Kallan Sipple	81
ODR Convida: Regionalismo, ODS e Agenda 2030: O papel da governança global sobre o Pacto Global Digital - Jaqueline Trevisan Pigatto, Jacqueline Gobbi Arantes e Heloisa Cristina Malta	91
Integración Física Ferrocarril entre Argentina y Chile: el caso del proyecto Trasandino del Sur - Paulo Cesar dos Santos Martins	100
A adesão plena do Irã na Organização para Cooperação de Xangai (OCX/SCO): alcances e limitações - Guilherme Geremias da Conceição	109

## SUMÁRIO

Mais uma vez, a França: antigos e recentes reveses do Acordo de Livre Comércio União Europeia-Mercosul - Patrícia Nasser de Carvalho	119
O bicentenário do Dois de Julho e sua comemoração na Argentina - Luan Olliveira Pessoa	129
A Política Externa do Governo Bolsonaro na emergência sanitária da COVID-19 - Mariana Cabral Campos	141
A CELAC e o regionalismo latino-americano entre as interpretações do Brasil e do México - João Roberto Fava Junior	151
A inserção da agenda ambiental em mega-acordos comerciais: entre a oportunidade de efetividade e a instrumentalização - Suzana Ribeiro Souza	160
ODR Aberto: Soluções africanas para problemas africanos: a Agenda 2063 como uma visão de futuro para a África e o caso do Mali como tradução dos desafios da União Africana - Bianca Silva Gonçalves e Guilherme Dias do Carmo	165

## **PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO PROJETO REGIONAL: HISTÓRICO E ATUAÇÃO DO IILP/CPLP (PARTE I)**

*Giulia Ribeiro Barão*

Doutoranda em Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECSA/UnB) em cotutela com o  
Doutorado em Ciências Sociais da Universidade de Salamanca (USAL, Espanha)

E-mail: giulia.barao@usal.es | ORCID: 0000-0001-8603-8074

**H**oje com nove membros, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi fundada em 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe visando gerar atração e alinhamento pelo idioma comum. O Timor-Leste tornou-se o oitavo membro em 2002, após sua segunda declaração de independência; e a Guiné Equatorial tornou-se o nono em 2014, após um processo bastante conturbado que durou mais de uma década. Em 2021, a organização comemorou seus 25 anos em meio à crise planetária ocasionada pela COVID-19. Embora as celebrações tenham sido modestas, o tom da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Luanda em 17 de julho, foi ambicioso, com a aprovação de acordos que fortalecem as bases materiais da comunidade, incluindo a circulação de pessoas e de capitais (Cahen, 2017). Entre eles, ressalta-se a Resolução sobre a criação do novo objetivo geral da CPLP, "Cooperação Econômica", que deverá alterar a estrutura de três pilares que se havia mantido inalterada desde a sua fundação (Marques, 2022): 1) A concertação política e diplomática, principalmente para a consolidação de posicionamentos comuns em fóruns multilaterais; 2) A cooperação regional em áreas prioritárias para os Estados partes, como defesa, justiça, educação, saúde, ciência e tecnologia, e cultura; 3) A promoção e difusão da língua portuguesa (CPLP, 2007).

Os acordos da XIII Conferência representam mais um passo no processo gradual de expansão de escopo e profundidade (Börzel, 2011) da regionalização entre os países de língua oficial portuguesa. Nesse sentido, a CPLP é um interessante caso de organização geocultural (Durez, 2014; Marques, 2022) que extravasa o próprio conceito. Isto é, se no

tocante à narrativa fundacional se trata de uma organização que reúne nove Estados não contíguos com laços históricos, culturais e linguísticos comuns na missão de estabelecer “um diálogo pluricontinental português” (Marques, 2022, p. 7), na prática se expande para além da cooperação cultural e linguística e abarca uma gama cada vez maior de temáticas, como por exemplo justiça e defesa.

Nesse aspecto, favorece a hipótese de que a diplomacia cultural pode contribuir para a criação de confiança e de agenda positiva de cooperação, inclusive, entre países com relações diplomáticas inicialmente tensas (Aang et al., 2015). Por outro lado, a multiplicação de áreas tem implicado uma relativização do objetivo de promoção e difusão da língua portuguesa. Somam-se a isso outros fatores críticos, como a pouca visibilidade desse tema nas relações internacionais (teórica e prática) e os questionamentos desde as abordagens pós-coloniais que sugerem, por exemplo, a adoção de políticas de multilinguismo a fim de romper com a hegemonia da língua portuguesa (Balosa, 2022).

Tendo por horizonte a realização da XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP ainda este ano, em cenário de arrefecimento da pandemia e do início do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil – cujos precedentes apontam para a valorização da cooperação cultural e linguística –, este artigo busca estimular a visibilidade e o debate sobre o terceiro pilar originário da CPLP. Para isso, iniciamos este artigo apresentando um breve histórico da criação da CPLP, destacando o papel fundacional do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e a liderança brasileira para sua constituição.

### **O IILP: antecessor da CPLP**

Nas duas décadas que antecederam a criação da CPLP, deu-se um processo de reacomodação das relações diplomáticas entre Portugal e suas ex-colônias, sem o qual não teria sido possível fundar a organização. Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde conquistaram sua independência política entre os anos de 1974 e 1975, após longos processos de luta anticolonial coincidentes com a emergência da Revolução dos Cravos em Portugal, que derrubou a ditadura de António de Oliveira Salazar em abril de 1974. O Brasil, que se encontrava sob ditadura militar, manteve-se alinhado a Portugal até o início dos anos 1970. Durante o governo Geisel (1974 a 1979), essa postura se modificou numa reorientação de política externa conhecida como

"Pragmatismo Ecumênico e Responsável" (Spektor, 2004), que buscava ampliar relações com parceiros estratégicos, relativizando a importância dos posicionamentos ideológicos em benefício de interesses econômicos e políticos. Assim se explica porque, mesmo sob governo autoritário de direita, o Brasil foi um dos primeiros a reconhecer as independências de Angola e Guiné-Bissau (1974) e Moçambique (1975), a despeito da orientação marxista dos seus movimentos de libertação (Spektor, 2004).

Até 1992 e 2002, respectivamente, Moçambique e Angola continuaram envolvidos em guerras civis e, em seguida, em seus processos de pacificação e reconstrução nacional. O tensionamento nas relações entre Portugal e Angola continuou sendo um padrão recorrente após o conflito civil, com a aberta oposição angolana ao legado do colonialismo português e quaisquer iniciativas que pudessem ser interpretadas como uma reedição (Cahen, 2017). Nesse contexto e, com o avanço do seu processo de redemocratização, coube ao Brasil assumir um papel ativo no fortalecimento das relações entre os países lusófonos. Além disso, o fim da Guerra Fria permitiu despolarizar as relações que até então opunham Portugal e Brasil no bloco capitalista e os PALOPs no campo soviético.

Em 1º de novembro de 1989, a convite do presidente brasileiro José Sarney, ocorreu o primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa, com a presença de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe na cidade de São Luís do Maranhão, quando ficou acordada a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) (Secretariado Executivo da CPLP, 2014). O interesse brasileiro alinhava-se à crescente importância das temáticas culturais na política nacional e externa, com a criação do Ministério da Cultura em 1985, ocupado por José Aparecido de Oliveira, que posteriormente seria Embaixador do Brasil em Lisboa (1992 – 1994), e forte impulsor da criação da CPLP (Léonard, 1995).

O IILP, no entanto, só se concretizou em 1999, durante a VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP em São Tomé e Príncipe, quando foram aprovados seus estatutos e a escolha de Praia, Cabo Verde como sede, então instalada em 2002 (Secretariado Executivo da CPLP, 2014). A decisão sobre a localização do IILP representava um descentramento geográfico em relação ao Secretariado Executivo da CPLP – sediado em Lisboa – e a dinâmica horizontal, plural e participativa que o

Instituto deveria adotar na promoção e difusão da língua portuguesa (Muller De Oliveira, 2019). Apesar do intervalo entre a proposta e a instalação do IILP, o acordo de 1989 é considerado o gérmen da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Secretariado Executivo da CPLP, 2014).

Em 2005, a CPLP integrou o IILP em sua estrutura institucional, e atualizou o seu estatuto (Muller De Oliveira, 2019). O organismo continuou dotado de autonomia científica, administrativa e patrimonial e sua Assembleia Geral passou a denominar-se Conselho Científico (CC-IILP) (CPLP, 2010b). Neste colegiado, cada Estado parte é representado por uma Comissão Nacional que, para atender aos objetivos do organismo, não deve ser só política mas, também, técnico-científica. Ademais, 2005 marcou a inclusão regular do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 como tema das Reuniões do Conselho Científico, o que permitiu elevar o nível dos debates, e visibilizar as divergências entre as posições portuguesa e brasileira e as assimetrias entre estas e os outros membros da CPLP, processo que merece um artigo à parte.

Até 2010, a história do IILP foi marcada pelos esforços de instalação, consolidação institucional e financiamento, com atrasos e descumprimentos nas contribuições dos Estados membros (Muller De Oliveira, 2019). Em março daquele ano, realizou-se a I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial (CIFLPSM) em Brasília, por mandato da CPLP e organizada pelo Itamaraty, a qual culminou na aprovação do Plano de Ação de Brasília para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa (PAB) (CPLP, 2010). Pela primeira vez um documento multilateral atribuiu ao IILP tarefas consensuadas e programáticas, aprovadas em seguida pela VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda. (Muller De Oliveira, 2019).

O PAB está composto por seis eixos estratégicos: 1. Língua portuguesa nas organizações internacionais; 2. Promoção e difusão do ensino da língua portuguesa; 3. Estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico; 4. Difusão pública da língua portuguesa; 5. Língua portuguesa nas diásporas; 6. Participação da Sociedade Civil (CPLP, 2010). Para cada eixo foram definidas ações estratégicas, a serem lideradas pelo IILP ou desenvolvidas por cada Estado parte. Destas, destacamos duas cujo impacto segue crescendo. A primeira é o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPLE), plataforma online que oferece recursos para

o ensino e a aprendizagem do português desde uma visão plural, com Unidades Didáticas (UD) adaptadas às variantes do português dos diferentes países, disponíveis para uso e modificação sob licença creative commons. Até janeiro de 2019, o PPPLE tinha 557 UD's e mais de 11.994 professores inscritos, sendo amplamente utilizado em várias regiões do mundo (Muller de Oliveira, 2019). A segunda é o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC), que reúne digitalmente os diferentes vocabulários ortográficos nacionais (VONs), a fim de consolidar um léxico comum sem apagar as especificidades de cada Estado parte.

Desde 2010, ficou estabelecido que a CIFLPSM deveria realizar-se a cada três anos e resultar na atualização ou aprovação de novo plano de ação para promoção e difusão da língua portuguesa. A II Conferência ocorreu em Lisboa, no ano de 2013, resultando no Plano de Ação de Lisboa para a Promoção, a Difusão e a Projeção do Português (PALis). Coorganizada pelo IILP, o Instituto Camões e um consórcio de universidades portuguesas, a II CIFLPSM enfatizou a internacionalização científica da língua portuguesa e seu papel no empreendedorismo e inovação, aprofundando, ademais, os eixos estratégicos do PAB (CPLP, 2014). A III edição da CIFLPSM foi organizada pela Comissão Nacional de Timor Leste junto ao CC-IILP na capital do país, em julho de 2016, culminando no Plano de Ação de Díli, bastante mais modesto que os anteriores (CPLP, 2017b). Não obstante, a III Conferência tem o mérito de haver deslocado os debates para a Ásia e definido que a IV CIFLPSM deveria realizar-se em um PALOP “de modo a evidenciar o caráter global e plural da língua portuguesa” (CPLP, 2017b).

Organizada por Cabo Verde nos dias 26, 27 e 28 de maio de 2021, a IV Conferência não pode ser realizada presencialmente. Os debates por videoconferência resultaram na aprovação do Plano de Ação de Praia (CPLP, 2021), que segue a lógica sintética de Díli (capital do Timor Leste), à diferença dos ambiciosos e fundantes Planos de Brasília e Lisboa. Na intersecção da promoção da língua com outros setores, continuaram tendo destaque, por um lado, a ciência, a pesquisa e a inovação e, por outro a economia, com a sinalização de campos emergentes como a digitalização e as econômicas criativas (CPLP, 2021). A fim de compreender melhor o posicionamento atual do Brasil no campo da difusão e promoção da língua portuguesa e sua atuação no IILP/CPLP, conversamos no dia 30 de março com a Sec. Lilian Pinho, Chefe da Divisão de Língua Portuguesa (DLP) do Instituto Guimarães Rosa, Ministério das Relações Exteriores. Os resultados dessa conversa serão publicados na Parte II deste artigo.

---

Como citar:

BARRÃO, Giulia Ribeiro. Promoção e difusão da língua portuguesa como projeto regional: Histórico e atuação do IILP/CPLP (Parte I). **Cadernos de Regionalismo ODR**, São Paulo, v. 7, 2023, p. 45-53. ISSN: 2675-6390.

## REFERÊNCIAS

ANG, I.; ISAR, Y. R.; MAR, P. Cultural diplomacy: Beyond the national interest? *International Journal of Cultural Policy*, v. 21, n. 4, p. 365–381, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10286632.2015.1042474>. Acesso em: 11 abr. 2023.

BALOSA, D. M. The relationship between Portuguese and indigenous languages in the Community of Portuguese Language Countries: an existential sociolinguistics perspective. *Conjuntura Austral*, v. 13, n. 63, p. 13–28, 2022.

BÖRZEL, T. A. Comparative Regionalism: A New Research Agenda (No. 28; KFG Working Paper Series), 2011. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-374751>. Acesso em: 11 abr. 2023

CAHEN, M. 1996-2016 – A CPLP, Uma organização para quê? *Portuguese Studies Review - Exploring the Crossroads and Perspectives of Lusophone Studies*, v. 23, n. 1, p. 67–96, 2017. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-02470548/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. CPLP. Declaração da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. 17 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=9207&M=NewsV2&PID=10872>. Acesso em: 11 abr. 2023.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. CPLP. Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Revisão de Lisboa, 2 de novembro de 2007. Disponível em: [https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos\\_CPLP\\_REVLIS07.pdf](https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf). Acesso em: 11 abr. 2023.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. CPLP. Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa. VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Luanda, 23 de julho de 2010. Disponível em: [https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2fcplp%2fCCEG%2fVIII\\_CCEG%2fPDFs%2fDocs+finais+cimeira%2fPAB.pdf](https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2fcplp%2fCCEG%2fVIII_CCEG%2fPDFs%2fDocs+finais+cimeira%2fPAB.pdf). Acesso em: 11 abr. 2023.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. CPLP. Resolução sobre a Aprovação dos Estatutos e do Regimento Interno do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, Luanda, 22 de julho de 2010. Disponível

em:

[https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2fcplp%2fCCEG%2fVIII\\_CCEG%2fPDFs%2fDocs+ finais+cimeira%2fActs%2f3\\_IILPact28jul.pdf](https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2fcplp%2fCCEG%2fVIII_CCEG%2fPDFs%2fDocs+ finais+cimeira%2fActs%2f3_IILPact28jul.pdf). Acesso em: 11 abr. 2023.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. CPLP. Resolução sobre o Plano de Ação de Díli. XXII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Brasília, 20 de julho de 2014.

Disponível em: <https://www.gov.br/mre/es/media/cplp-09.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2023.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. CPLP. Resolução sobre o Plano de Ação de Lisboa. XII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Maputo, 20 de fevereiro de 2014.

Disponível em: [https://www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/1-Resol\\_PALis.pdf](https://www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/1-Resol_PALis.pdf). Acesso em: 11 abr. 2023.

DUREZ, A. D. Las organizaciones geoculturales latinas en la mundialización: entre convergencia y concurrencia. *Desafios*, v. 26, n. 2, p. 125–152, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.12804/desafios26.02.2014.05>. Acesso em: 11 abr. 2023.

LÉONARD, Y. La “communauté des pays de langue portugaise”, ou l’hypothétique lusophonie politique. *Lusotopie*, II, p. 9–16, 1995. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lusotopie/84>. Acesso em: 11 abr. 2023.

MARQUES, J. CPLP: the first twenty-five years. *Conjuntura Austral*, v. 13, n. 63, p. 7–12, 2022. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/126880>. Acesso em: 11 abr. 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. MRE. Exposição sobre Diversidade Cultural Marca 25 anos da CPLP. 24 de junho de 2021. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/abc/centrais-de-conteudo/noticias/exposicao-sobre-diversidade-cultural-marca-25-anos-da-cplp>. Acesso em: 11 abr. 2023.

MULLER DE OLIVEIRA, G. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa da CPLP. *Linha D’Água*, v. 32, n. 2, p. 11–36, 2019. Disponível em:

<https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v32i2p11-36>. Acesso em: 11 abr. 2023.

SECRETARIADO EXECUTIVO DA CPLP. CPLP 18 Anos - Os desafios do futuro, 2014. Disponível em:

[https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2fcplp%2fDesafios\\_Futuro\\_Final.pdf](https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2fcplp%2fDesafios_Futuro_Final.pdf). Acesso em: 11 abr. 2023.

SPEKTOR, M. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 47, n. 2, p. 191–222, 2004.  
Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000200007>. Acesso em: 11 abr. 2023.